

A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (*)

Paulo Francisco Frota Soares

1. Fatores determinantes da demanda do Comércio Exterior (alguns comentários sobre o caso brasileiro)

Para se elaborar um esquema simplificado da ação do mercado externo em relação aos países em desenvolvimento, de modo específico o Brasil, é preciso relembrar que a economia do nosso país ainda se baseia na produção de bens primários: café, soja, açúcar, milho, arroz, cacau, minérios e bovinos.

Do total das exportações de 1973, os produtos primários, à exceção do café solúvel, participaram com 66,1%, enquanto os produtos industrializados representaram 31,3% e as transações especiais 2,6%.

Por estes dados se conclui que a economia dos países em desenvolvimento, estruturalmente similar ao Brasil, é bastante dependente da demanda externa que, por sua vez, influí diretamente sobre o setor primário, condicionando as formas e níveis da atividade sócio-econômica num subsetor de produção para exportação. Como seqüela desta dinâmica, e no entendimento de que este subsetor é positivamente correlacionado com o setor primário, é fácil prever que a ação do mercado externo estende sua influência — através do sistema de preços — para todo o sistema econômico.

Os elos da corrente subsetor de exportação — setor primário — economia nacional — mercado externo podem ser analisados em função dos seguintes fatores integrados:

- a elasticidade dos produtos alimentícios;
- a produção de bens substitutos artificiais;
- fatores climáticos;

(*) Exposição feita no Curso de Capacitação em Câmbio e Comércio Exterior, promovido pelo BNB.

- flutuações cíclicas dos países importadores;
- política comercial dos países desenvolvidos;
- política de auto-abastecimento dos países desenvolvidos;
- excedentes de bens primários dos países desenvolvidos.

Sabe-se que o consumo de alimentos é determinado pela idade, estado fisiológico, tipo de trabalho, estação do ano e meio geográfico, objetivando em última instância a quantidade e qualidade necessárias à nutrição. Os fisiologistas afirmam que a ração diária de alimentos deve representar valor energético e calórico determinado, incluir proteínas, gorduras e hidrocarbonetos equilibrados proporcionalmente, visando à geração de calorias que oscila, mundialmente, numa faixa muito ampla, desde 3.300 calorias per capita/dia (nos Estados Unidos e alguns países europeus) a 1.900 (no México e outros países latinos, africanos e asiáticos).

Todavia, a demanda de alimentos, sob o prisma econômico, é determinada pelo volume de consumo efetivo que é função dos seus preços e da renda do consumidor, isto é, da elasticidade-preço e principalmente da elasticidade-renda da demanda (1).

No que se refere à produção de bens substitutos, um dos parâmetros condicionantes da demanda, a tecnologia moderna na elaboração de substitutos artificiais afeta permanente e profundamente os níveis de demanda de alimentos e matérias-primas primárias. Vide casos do algodão substituído, antes da crise do petróleo, por "nylon", "poliéster", "nycron", "trevira", "rayon" etc.

O fator climático, devido à sua aleatoriedade, pode causar deslocamentos físicos e geográficos da estrutura do comércio exterior na produção competitiva de bens primários, tanto do lado da oferta como do lado da procura.

As flutuações cíclicas dos países importadores se caracterizam pelas suas contrações e depressões conjunturais, alterando as condições de sua demanda no que tange aos volumes e aos preços vigentes no mercado mundial, geralmente incontroláveis pelos países exportadores.

(1) O Instituto de Rehovot, de Israel, estima as elasticidades quantitativas em relação à renda através de séries temporais (evolução do consumo per capita num determinado período correlacionado com a renda) e amostragem (análise de dados obtidos mediante pesquisa de orçamento familiar num ano determinado).

A política comercial, consubstanciada pela existência de acordos, mercados comuns, associações, formando áreas comerciais preferenciais e blocos regionais, tem causado polêmicas e óbices políticos e sociais aos países em desenvolvimento e mormente àqueles exportadores de produtos básicos. Para ilustrar, basta citar o "trade act" dos Estados Unidos, que culminou com uma taxação sobre as exportações brasileiras de calçados.

A política de auto-abastecimento dos países desenvolvidos, concernente aos produtos alimentícios e matérias-primas, é uma tendência natural do processo tecnológico e das necessidades geopolíticas de segurança nacional.

Finalmente, os excedentes da produção agropecuária dos países desenvolvidos como consequência da alta produtividade de economias intensivas-de-capital (apenas 4 milhões de americanos produzem o suficiente para abastecer o seu mercado e exportar aproximadamente US\$ 15 bilhões de produtos agropecuários), assistidas pela educação, pesquisa, programas de ação e financiamentos de longo prazo para o comércio internacional, cujo volume mundial em 1972, segundo o "Statistic Year Book" da Organização das Nações Unidas, movimentou 840 bilhões de dólares.

Logicamente, a ação do comércio exterior analisada, tem seus efeitos diretos e indiretos no mercado interno dos países em desenvolvimento, resultando na retração das exportações de pelo menos 2/3 dos países do globo.

O Brasil, em função de que suas exportações de produtos primários têm girado em torno de 60 a 70% do total comercializado, tem como efeito direto a deterioração dos preços de vários de seus produtos, como também as oscilações no volume exportável, ou mesmo a redução das taxas de crescimento das exportações que se constituem em verdadeiro dilema para a promoção do comércio exterior brasileiro.

As variações do mercado externo, seja qual for sua latitude, ocasionam problemas na estrutura produtiva, nos preços dos produtos e fatores de produção que se irradiam para o mercado interno, dando origem a uma série de efeitos multiplicadores adversos dentro do sistema econômico dos países em vias de desenvolvimento.

2. O desenvolvimento brasileiro e o comércio exterior

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Estatística, a população prevista para o ano de 1975 é de 108 milhões de habitantes, distribuídos em 8,5

milhões de quilômetros quadrados onde — independentemente de jacobinismo ou chauvinismo — brotam mananciais de recursos humanos e físicos.

Alguns economistas de nomeada afirmam que existe estreita correlação entre fatores de produção (recursos humanos e naturais) e o comércio exterior, desde que haja estrutura diversificada de consumo, investimento e exportação (demanda interna final).

Para comprovar a primeira correlação entre população e o comércio exterior de um país, é bastante que se analise o coeficiente advindo da relação propugnada por Simon Kuznets em seus "Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico", exportação + importação/renda nacional + importação, que estatisticamente tende para valores ínfimos (entre 0,15 a 0,20) inversamente proporcional ao contingente demográfico, à medida que se processa seu desenvolvimento.

De modo particular, calculamos para o Brasil, substituindo os dados de Renda Nacional por Produto Interno Bruto (PIB), no período 1968/1974, o coeficiente resultante da relação comércio exterior/oferta interna de bens, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 1

BRASIL — Indicadores Econômicos

Ano,	População (milhões de habi- tantes)	Transações Externas (US\$ milhões cor- rentes)		Produto Interno Bruto (c)		(*) Coeficien- te Reajus- tado (a+b/c+b)
		Exporta- ções (a)	Importa- ções (b)	Preços de 1972 US\$ milhões	Varia- ção a- nual (%)	
1968	87,6	1.881	1.855	41.504	9,3	0,086
1969	90,2	2.311	1.993	45.240	9,0	0,091
1970	92,8	2.739	2.507	49.538	9,5	0,100
1971	95,4	2.904	3.247	55.136	11,3	0,105
1972	98,2	3.991	4.235	60.870	10,4	0,126
1973	101,0	6.199	6.192	67.809	11,4	0,167
1974	103,9	7.968	12.531	74.319	9,6	0,236

Fonte: BACEN — relatório 1974

(*) Efetuados pelo autor.

A conclusão a tirar é a de que, à medida que a população brasileira cresce anualmente em torno de 2,9%, o referido coeficiente cresceu, durante o período analisado, a 6%, 10%, 5%, 20%, 32% e 41% anuais. Por outras palavras, o volume do comércio externo oscilou de 8,6% a 23,6% em relação à oferta interna de bens, havendo pois correlação positiva entre estas variáveis, paralelamente à constância da taxa de crescimento do PIB em torno de 10% ao ano, no período 1968/1974.

Estas inferências são mais válidas desde que se considere uma maior diversificação e melhor distribuição da demanda interna final e que uma maior população gera maior mercado interno, dando assim maior estabilidade para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Costuma-se usar a fórmula de H.W. Singer (vide a obra "The Mechanics of Economic Development"), seguinte, para expressar o mecanismo teórico do desenvolvimento econômico:

$$G = \frac{IL}{K} - P \quad \text{cuja simbologia é:}$$

G = taxa de crescimento da renda per capita;

IL = taxa de investimento líquido;

K = relação capital/produto;

P = taxa de crescimento populacional.

Verifica-se que, quanto maior a taxa de crescimento demográfico, menor o crescimento per capita, causando ainda efeitos contrários à taxa de investimento e ao aumento da relação capital/produto, tendo em vista que o "boom" populacional exige pesadas inversões em capital social básico.

No caso brasileiro, os indicadores econômicos da variação anual do PIB per capita, no período 1968/1974, podem ser assim apresentados:

Tabela 2
BRASIL – Indicadores Econômicos

Ano	Pib Per Capita		(*) Taxa de Crescimento Populacional (%)	(*) Relação $\frac{IL}{K}$
	Preço de 1972 US\$	Variação Anual (%)		
1968	473,8	6,3	–	–
1969	501,5	5,9	3,0	8,9
1970	533,8	6,4	2,9	9,3
1971	577,9	8,2	2,8	11,0
1972	619,8	7,3	2,9	10,2
1973	671,4	8,3	2,9	11,2
1974	715,3	6,5	2,9	9,4

Fonte: BACEN – relatório 1974

(*) Efetuados pelo autor.

Das estimativas apresentadas pode-se concluir que o crescimento relativo da população brasileira, no período 1968/1974, teve como “moda” estatística a taxa de 2,9% ao ano, enquanto a taxa de formação de investimento líquido tem superado a relação capital/produto na excelente amplitude de 9 a 11 vezes mais.

Por sua vez, os recursos naturais – base física de qualquer país – passíveis de utilização econômica, aliados à tecnologia, disponibilidade de recursos, viabilidade de mercado, fatores institucionais, acessibilidade topográfica, condicionantes climáticas etc., fazem do Brasil um país potencialmente rico.

Com efeito, esta situação brasileira faz com que o país disponha de vantagens comparativas em alguns de seus produtos agropecuários exportáveis, apesar de, historicamente, os termos de intercâmbio não terem favorecido as trocas internacionais para o lado dos produtos primários versus produtos manufaturados.

Em suma, pode-se vislumbrar o comércio exterior no desenvolvimento brasileiro, através de afirmativa de W. Arthur Lewis em sua “Theory of Economic Growth”: “o crescimento do produto per capita depende, em primeira mão, dos recursos naturais disponíveis e, por outro lado, do comportamento humano”.

3. Panorama e perspectiva do Comércio Exterior no planejamento econômico nacional

A realização de estudos, a definição de objetivos, a elaboração, a execução e a avaliação intrínseca para a retroalimentação deste processo, visando a compatibilizar meios e recursos através da materialização de um documento nacional, consubstanciam e institucionalizam o planejamento global.

A experiência brasileira, até 1962, aberta em seu leque macroeconômico de planejamento, seja sob o critério agregativo (global, setorial e complexos técnicos), seja sob o critério geográfico (nacional, regional e complexos regionais), descendo ao nível microeconômico, foi dispersa, descontínua e ineficiente.

Precisamente em abril de 1962, foi esquematizado o Sistema Nacional de Planejamento e, em junho seguinte, foi criada a Coordenação do Planejamento Nacional, culminando em 27.09.62 com o Decreto 1422, que criou o cargo de Ministro do Planejamento.

Até então, o desenvolvimento regional em sua programação ascendente procurava, intermitentemente, ajustar-se ao desenvolvimento nacional e global ao sabor das necessidades imediativas e políticas, programadas em forma descendente, num processo assistêmico.

A partir de 1964, o Governo brasileiro, através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), do Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED), do Documento Metas e Bases para a Ação do Governo, do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e do atual II PND (Lei 6.151, de 04.12.74), institucionalizou objetivos e estratégias para o desenvolvimento da nação.

Vale dizer que a promoção do Comércio Exterior brasileiro, em termos de planejamento nacional, global, setorial e regional, ganhou conotação específica, a partir dos citados planos. O II PND, previsto para o período 1975/1979, tem como política econômica enfrentar os entraves internacionais decorrentes da problemática inerente ao petróleo, insumos básicos, negociações multilaterais de comércio, crises financeiras e a compatibilização dos interesses nacionais com o Comércio Exterior.

Como estratégia básica, deverá ser evitado o déficit no balanço de pagamentos em conta-corrente superior a 20% sobre o valor do investimento fixo interno, isto é, a maioria dos recursos financeiros deverá provir de poupança interna, atenuando assim o “fantasma” do endividamento externo excessivo.

Deverá ser desenvolvida estratégia, também, nas áreas política, econômica e

tecnológica, com apoio logístico de órgãos e entidades nacionais vinculadas ao Comércio Exterior e às operações financeiras internacionais — nas quais os bancos são intermediários — no afã de se incrementarem as exportações a taxas anuais superiores às do crescimento das importações, ambas próximas de 20% ao ano.

Para expandir racionalmente o Comércio Exterior, que consoante o II PND deverá atingir a soma de US\$ 40 bilhões no final desta década, o Governo nacional programa as seguintes linhas de ação:

- I — atuação em áreas prioritárias;
- II — impulso continuado às exportações;
- III — continuação da política de diversificação de recursos econômico-financeiros externos.

No tocante ao primeiro item, deverá ser ampliado o raio de ação da atuação nacional em busca da otimização do intercâmbio mediante:

- maior diversificação nas relações econômicas com os Estados Unidos, evitando a concentração na costa leste e partindo-se para a costa oeste (Califórnia), ao meio-oeste (região de Chicago), ao sul (Flórida) e à zona do Caribe;
- ampliação e consolidação da posição junto ao maior mercado de comércio exterior brasileiro que é o Mercado Comum Europeu (MCE);
- maior integração com a área da América Latina;
- maior aproximação aos países africanos e árabes (Oriente-médio) e aos do leste europeu;
- seleção de áreas e setores prioritários para os investimentos japoneses no Brasil;
- ampliação do relacionamento comercial com a China Continental.

No que se relaciona ao impulso continuado às exportações, deverá ser observado:

- o apoio ao sistema de incentivos, através da liberação gradativa de impostos sobre produtos manufaturados ou outras categorias exportáveis;
- consolidação do sistema de corredores de exportação, paralelamente à rede de empresas comerciais (“trading companies”), entrepostos aduaneiros e

agências bancárias brasileiras, programação de Feiras, Exposições, Missões Empresariais ao Exterior e a criação de Centros Comerciais ("trading centers").

Em adição, deverá ser dado apoio à produção destinada às exportações, com contratos de longo prazo e fornecimento em grande escala, mediante programas agrícolas voltados para os Corredores de Exportação.

Finalmente, a outra grande linha de ação diz respeito à continuação da política de diversificação das fontes de financiamento externo, de investimento direto e de fornecimento de equipamentos e insumos básicos à nação.

As fontes de financiamento externo deverão ser orientadas para o aumento da capacidade brasileira de exportação ou para o processo de substituição de importação e o restante deverá ser guiado para a realização de investimentos em contratos binacionais ou orientados, no exterior, para a garantia de oferta.

À guisa de informação, mesmo antes de serem postas em prática tais programações, o Brasil já vinha alcançando resultados satisfatórios relativos à política de Comércio Exterior, que podem ser configurados na Tabela 3.

Neste demonstrativo afigura-se que, no ano atípico de 1974, a política de Comércio Exterior brasileiro continua no objetivo de maximizar as exportações com sacrifício dos padrões de consumo interno, paralelamente, equilibrando as importações dentro de parâmetros que possam evitar problemas à manutenção e expansão da capacidade instalada de bens de capital.

A Balança Comercial totaliza US\$ FOB 20,5 bilhões, com variação, respectiva, de 65 a 273% sobre os anos de 1973 e a média do período 1968/72.

Quanto ao Balanço de Pagamentos, pode-se verificar que as transações financeiras e comerciais com o resto do mundo apresentaram níveis recordes, sobrelevando-se o alto fluxo líquido de capitais em contrapartida aos elevados dispêndios de divisas causados, em parte, pela inflação crescente e internacional, já a partir de outubro de 1973.

Especificamente, as exportações brasileiras alcançaram, em 1974, o valor recorde de US\$ 7.967,7 bilhões, que, em cotejo com 1973 e a média do período compreendido entre 1968/72, revelou incrementos respectivos de 28% e 188%. Tal expansão decorreu da maior diversificação da pauta e da elevação das divisas relativas aos produtos básicos, tais como açúcar, minério de ferro e cacau e seus derivados, afora 63% a mais referentes ao valor dos produtos manufaturados (vide Tabela 4, extraída do Relatório do Banco Central de 1974).

Destarte, é bastante plausível que o Brasil atinja os objetivos-derivados, contidos no II PND, haja vista que as estimativas, ainda que otimistas, já se apresentam em dados factíveis.

Para conseguir tal desiderato, de acordo com as palavras do Presidente Ernesto Geisel, basta que os brasileiros se conscientizem de que "as novas realidades, do Brasil e do mundo, exigem que o País aprenda a conviver com situações novas a cada passo e, freqüentemente, com situações realmente complexas".

TABELA 3

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Balance Of Payments

US\$ milhões

Discriminação	1971	1972	1973	1974	Item
1 - Balança Comercial - FOB	- 341	- 244	7	- 4.563	1 - Trade Balance - FOB
Exportações	2.904	3.991	6.199	7.968	Exports
Importações	-3.245	-4.235	-6.192	-12.531	Imports
2 - Serviços	- 980	-1.250	-1.722	- 2.313	2 - Services
Receitas	421	557	944	1.612	Receipts
Despesas(1)	-1.401	-1.807	-2.666	- 3.925	Payments(1)
3 - Transferências Unilaterais	14	5	27	0	3 - Unrequited Transfers
Receitas	95	104	128	137	Receipts
Despesas	81	99	101	137	Payments
4 - Transações Correntes					4 - Current Transaction
(1+2+3)	-1.307	-1.489	-1.688	- 6.876	(1+2+3)
5 - Movimento Líquido de Capitais(1)	1.846	3.492	3.512	5.894	5 - Net Capital Flow(1)
6 - Erros e Omissões	- 9	436	355	- 67	6 - Net Errors and Omissions
7 - Superavit (4+5+6)	530	2.439	2.179	- 1.049	7 - Superavit (4+5+6)
8 - Financiamento do Resultado(2)	- 530	-2.439	-2.179	1.049	8 - Financing (2)
Operações com FMI	-47	-70	-33	-8	IMF accounts
Haveres a curto Prazo	-635	-2.569	-2.804	899	Short-term Assets
Obrigações a curto prazo	152	200	658	158	Short-term Liabilities

PONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL - RELATÓRIO ANUAL - 1974

(1) : Exclusive Reinvestimentos.
Excludes Reinvestments.

(2) : Haveres: Sinal negativo indica aumento
Assets : Signal minus indicates increase
Sinal positivo indica redução
Signal plus indicates decrease

Obrigações: Sinal negativo indica redução
Liabilities: Signal minus indicates decrease
Sinal positivo indica aumento
Signal plus indicates increase

TABELA 4
Exportações Brasileiras - FOB
Brazilian Exports - FOB

DISCRIMINAÇÃO	1968/72		1973		1974		ITEM
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
TOTAL (A + B + C)	2.765,3	100,0	6.199,2	100,0	7.957,7	100,0	TOTAL (A + B + C)
A. Café	900,8	32,6	1.344,2	21,7	1.002,6	12,6	A. Coffe
em grão	857,7	31,0	1.244,3	20,1	877,4	11,0	Beans
Sólivel	43,1	1,6	99,9	1,6	124,6	1,6	Instant
B. Demais Produtos (1 + 2)	1.826,0	66,0	4.693,8	75,7	6.670,6	85,0	B. Other Products (1 + 2)
1. Produtos Primários	1.152,3	41,6	2.852,2	46,0	3.932,3	49,4	1. Primary Products
Tradicional	624,8	22,5	1.241,0	20,0	2.180,2	27,4	Traditional
Açúcar	180,0	6,5	552,7	8,9	1.258,6	15,8	Sugar
canémera	160,8	5,8	454,9	7,3	975,6	12,2	raw
cristal	19,2	0,7	97,8	1,6	283,0	3,6	crystallized
Algodão	161,4	5,8	218,1	3,5	90,9	1,2	Cotton wool
Cacau em amendoas	70,0	2,5	88,5	1,4	210,0	2,6	Cocoa beans
Minério de Ferro	186,1	6,7	362,8	5,9	571,0	7,2	Iron ore
Minério de Manganês	27,3	1,0	18,9	0,3	49,7	0,6	Manganese ore
Outros Produtos Primários	527,5	19,1	1.611,2	26,0	1.752,1	22,0	Other Primary Products
Milho em grão	51,1	1,9	3,1	0,0	138,3	1,7	Maize (grain)
Soja em grão	43,0	1,6	494,2	8,0	585,0	7,4	Soy (bean)
Arroz	9,5	0,3	4,2	0,1	18,1	0,2	Rice
Castanha do Pará	15,0	0,6	22,8	0,4	20,2	0,3	Brazil nuts
Castanha de caju	5,9	0,2	9,8	0,2	15,0	0,2	Cashew-nuts
Amendoim em grão	8,8	0,3	19,5	0,3	28,2	0,4	Peanuts (grain)
Pimenta em grão	10,1	0,4	17,0	0,3	26,1	0,3	Pepper (grain)
Farofa e torta de amendoim	13,0	0,5	14,5	0,2	10,2	0,1	Peanuts, cake and bran
Farofa e torta de caroço	8,8	0,3	14,5	0,2	9,2	0,1	Cotton seed, cake and bran
de algodão	8,8	0,3	14,5	0,2	9,2	0,1	
Farofa e torta de soja	63,9	2,3	422,5	6,8	393,0	3,8	Soybean, cake, and bran
Outros minérios	15,2	0,5	17,6	0,3	20,3	0,3	Others ores
Óleo bruto de petróleo	4,8	0,2	15,7	0,3	29,9	0,4	Crude oil
Lagosta	11,0	0,4	18,0	0,3	27,9	0,4	Lobster
Camarão	9,3	0,3	8,0	0,1	8,6	0,1	Shrimps
Carne bovina, fresca, re -	79,8	2,9	148,5	2,4	29,5	0,4	Beef, chilled or frozen
frigorificada ou congelada							
Carne equina, fresca, re -	11,1	0,4	44,0	0,7	39,6	0,5	Horse meat, chilled or frozen
frigorificada ou congelada							
Couro em bruto	23,2	0,8	18,2	0,3	Hides, raw
Banana	9,2	0,3	16,9	0,2	22,6	0,3	Banana
Outras frutas	6,0	0,2	6,5	0,1	9,1	0,1	Others fruits
Sisal	19,6	0,7	59,4	1,0	114,1	1,4	Sisal (raw and cordage)
Linters de algodão	2,9	0,1	1,5	0,0	1,4	0,0	Cotton linters
Fumo em folhas	32,0	1,2	58,5	0,9	99,0	1,2	Tobacco leaves
erva-mate	4,7	0,2	3,5	0,1	7,5	0,1	Maté
Lá	17,2	0,6	45,2	0,7	43,8	0,5	Wool
Outros	54,4	2,0	129,5	2,1	145,5	1,8	Other
2. Produtos Industrializados	673,7	24,4	1.841,6	29,7	2.838,3	35,6	2. Manufactured Goods
Semi-maquinados	237,7	8,6	476,2	7,7	631,3	7,9	Semi-processed Goods
Cera de carnaúba	10,0	0,4	13,3	0,2	25,2	0,3	Carnauba wax
Madeiras serradas	76,9	2,8	90,0	1,4	85,8	1,0	Sawn Wood
Pinho	67,9	2,5	62,6	1,0	50,1	0,6	Pine
Outras	9,0	0,3	27,2	0,4	35,7	0,4	Other
Manteiga de cacau	28,4	1,0	47,6	0,8	100,0	1,3	Cocoa butter
Óleo de amendoim em bruto	12,0	0,4	19,5	0,3	29,1	0,4	Peanut oil, raw
Óleo de mamona em bruto	42,7	1,5	122,8	2,0	128,4	1,6	Castor oil, raw
Outros	67,7	2,5	183,0	3,0	262,8	3,3	Other
Manufacturados (exclusivo café solúvel)	436,0	15,8	1.365,4	22,0	2.207,0	27,7	Manufactured Goods (excluding instant coffee)
Calçados de todos os tipos	18,9	0,7	93,5	1,5	120,3	1,5	Footwear
Caldeiras, máquinas, apara -							Boilers, machines and
lhos e instrumentos meca -							nical
nicos	30,4	1,1	78,2	1,2	150,0	1,9	instruments
Carne de boi industrializada	28,6	1,0	69,8	1,1	81,0	1,0	Beef, processed
Madeiras laminadas	17,0	0,6	33,4	0,5	23,1	0,3	Wood veneers
Máquinas e aparelhos elétricos e objetos para uso eletrônico	19,8	0,7	83,8	1,3	183,0	2,3	Electrical machines, apparatuses and other electrical appliances for technical use
Máq. e aparelhos p/escritório	27,9	0,9	41,2	0,7	96,4	1,2	Office machines
Material de transporte	23,9	0,9	76,2	1,2	186,4	2,3	Rolling stock and vehicles
Produtos siderúrgicos manufaturados	29,7	1,1	52,9	0,9	72,5	0,9	Other steel - mill products
Molasse comestível e não co -							Nolasses, edible or inedible
mentível	8,3	0,3	31,0	0,5	58,8	0,7	
Mentol	14,0	0,5	28,7	0,5	46,5	0,6	Menthol
Óleos essenciais	8,7	0,3	19,1	1,3	37,5	0,5	Essential oils
Sucos de fruta e hortaliças	23,7	0,9	67,6	1,1	65,3	0,8	Vegetable and fruit juices
Tecidos de algodão	10,3	0,4	52,6	0,8	59,4	0,8	Cotton fabrics
Vidros e manufatura de vidro	9,1	0,3	12,0	0,2	16,7	0,2	Glass and glassware
Derivados de petróleo	10,9	0,4	41,0	0,7	33,2	0,4	Petroleum Derivatives
Outros	158,6	5,7	590,4	9,5	976,9	12,3	Other
C. Transações Especiais (1)	38,5	1,4	161,2	2,6	195,1	2,4	C. Special Transaction (1)

Fonte: Banco Central do Brasil
(1) Inclui consumo de bordo

(1) Including ship-chandler's supplies.

4. O Comércio Exterior no desenvolvimento do Nordeste

Fazendo-se um repasse histórico, havia no Nordeste uma correlação entre o Comércio Externo e o Inter-regional, caracterizada pelo equilíbrio entre o superávit advindo do intercâmbio comercial internacional e o déficit gerado nas transações inter-regionais.

Todavia, a partir de 1964/68, a balança comercial da região começou a acusar "deficits" vultosos, alcançando no período o equivalente a 7% do produto interno regional.

Sabe-se que a economia nordestina se baseia na produção de produtos básicos que atingiu, respectivamente em 1972, 1973 e 1974, a participação de 33,2%, 32,1% e 60,0% do total dos produtos de exportação regional.

O "coeficiente de exportação" do Nordeste, ou seja, a relação Exportação/Renda Interna, no mesmo triênio 1972/74, evoluiu de 10,0, 10,8 e 17,7%, enquanto para o Brasil este indicador alcançou 8,7%, 10,8% e 12,3%. Em parte, o aumento deste coeficiente de exportação do Nordeste se deve à conjuntura de preços altamente favorável para a maioria dos produtos regionais, mormente os originários do setor primário.

Tabela 5
Exportação Nordestina (Em US\$ 1.000)
1972/1974

Especificação	1972		1973		1974 (1)		Incremento Percentual 72 / 74
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual	
1. Produtos básicos	<u>180.900</u>	<u>33,2</u>	<u>234.184</u>	<u>32,1</u>	<u>779.350</u>	<u>60,0</u>	<u>330,81</u>
2. Produtos industrializados	<u>363.650</u>	<u>66,8</u>	<u>495.816</u>	<u>67,9</u>	<u>520.650</u>	<u>40,0</u>	<u>43,21</u>
- Manufaturados	25.484	4,7	52.998	7,3	130.650	10,0	412,67
- Semi-manufaturados	338.166	62,1	442.818	60,6	390.000	30,0	15,82
TOTAL	544.550	100,0	729.664	100,0	1.300.000	100,0	138,72

FONTES: CACEX e Relatórios Anuais dos PROMOEXPORTS

NOTA : (1) Estimativa do BNB-ETENE

O b s. : Estrutura com base nos dados observados nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Pela tabela 5, verifica-se que os produtos básicos evoluíram no triênio 1972/1974 em 331%, os produtos industrializados em 43% e o total exportado em 139%.

Estes resultados propiciaram que a participação do Nordeste na formação de divisas nacionais tenha-se elevado de 11,8%, em 1973, para 16,7% em 1974.

A atual política nacional de promoção das exportações torna imprescindível, a nível regional, o esforço contínuo e integrado para superar os óbices futuros das limitações do mercado interno nordestino, face à maturação de inúmeros projetos industriais.

Assim é que o II PND estabelece — para reduzir o hiato em relação ao resto do país — que o Nordeste deva crescer a taxas superiores a 10% ao ano.

Com efeito, a SUDENE, juntamente com o Banco do Nordeste e os Governos Estaduais, vem procurando, desde 1971, estruturar um sistema regional de promoção de exportações, cujos núcleos promocionais (PROMOEXPORTs) desempenham papel direto e permanente.

Os resultados alcançados, passando de US\$ 403 milhões, em 1971, para US\$ 545 milhões (1972), US\$ 730 milhões (1973), US\$ 1.300.000 (1974) e a previsão de US\$ 1.559 milhões para 1975, atestam o caráter realístico da política de fomento às exportações posta em prática no Nordeste.

De conformidade com os prognósticos do Banco do Nordeste, a continuidade do seu processo de desenvolvimento a taxas superiores a 10% ao ano dependerá grandemente da política de promoção das exportações, que deverá seguir as seguintes linhas de ação:

- expansão das exportações à taxa de 12% ao ano;
- diversificação da pauta de exportações, pois atualmente os 10 principais produtos representam 77% do total exportável (vide tabela 6);
- diversificação das áreas exportadoras tendo em vista que atualmente Bahia, Pernambuco e Ceará detêm aproximadamente 81% do mercado exportador nordestino;
- diversificação das áreas importadoras, haja visto que os Estados Unidos absorveram em torno de 41%;
- melhoria da capacidade competitiva das indústrias exportadoras;

- desenvolvimento da política promocional através de assessoria técnica, estudos, pesquisas, treinamento de pessoal e orientação às missões comerciais nacionais e estrangeiras;
- estabelecimento de mecanismo de financiamentos para a atividade de exportação.

Tabela 6
Principais Produtos de Exportação
(Quantidades, Valores Total e Médio e Percentuais)
1974

Produtos	Quantidade (t)	Valor	Preço Médio (US\$/t)	% Sobre Exportações Totais
1. Açúcar Demerara	741.209	410.000	553,15	31,54
2. Cacau Amêndoas	129.865	210.002	1.617,08	16,15
3. Algodão em Rama	16.003	17.500	1.093,48	1,35
4. Castanha de Caju	7.622	15.023	1.971,00	1,16
5. Fumo em Folhas	28.638	31.000	1.082,45	2,38
6. Lagosta	3.069	27.858	9.077,22	2,14
7. Sisal	139.013	114.130	921,00	8,78
8. Cera-de-Carnaúba	8.705	25.203	2.895,23	1,94
9. Manteiga de Cacau	28.771	99.991	3.475,41	7,69
10. Óleo de Mamona	60.952	50.245	624,33	3,87
Subtotal	—	1.000.952	—	77,00
Outros	—	299.048	—	23,00
Total	—	1.300.000	—	100,00

Fontes: CACEX e Relatórios Anuais dos PROMOEXPORTS.

Em suma, com estas diretrizes, as metas pretendidas terão boa margem de probabilidade de, já no ano de 1975, as exportações regionais atingirem US\$ 1,5 bilhão, evoluindo a posição do Nordeste de gerador de divisas, com participação superior a 12% do total nacional.

5. O BNB no sistema regional de promoção de exportações

A contribuição do Banco do Nordeste para elevar o patamar desenvolvimentista da Região (sem prejuízo de seu equilíbrio econômico-financeiro e de sua eficiência administrativa) é pública e notória.

Os dois segmentos básicos da atuação do BNB, ao longo de seus 20 anos de existência, têm sido a ação financiadora e a ação supletiva.

Particularmente, a ação supletiva do BNB tem-se revestido de caráter germinativo para o Nordeste, mediante:

- a formação de recursos humanos;
- a prestação de assistência técnica a entidades governamentais e empresas privadas;
- a promoção nas áreas de identificação de oportunidades de investimento, captação de recursos e incentivo a atividades de pesquisa científica e tecnológica, turismo e, atualmente, participação mais ativa no sistema regional de promoção de exportações.

O I Plano Quinquenal do BNB (1975/1979), no intuito de subsidiar o II PND, consubstancia plano de ação com programa setorial específico relativo a “Financiamento e Promoção da Exportação”, cuja dotação prevista é de Cr\$ 2.117 milhões.

O BNB programou sua política operacional de promoção de exportações envolvendo:

- pesquisas técnicas e econômicas;
- promoção interna;
- promoção comercial.

Estas três áreas de atuação foram canalizadas em sua planificação através de subprogramas, assim delineados:

- subprograma 1: Financiamento às Exportações;
- subprograma 2: Promoção de Missões e Incentivos à Participação em Feiras e Exposições.
- subprograma 3: Assistência Técnica e Financeira ao Sistema Regional de Promoção de Exportações.

A assistência financeira deverá ser prestada pelo Departamento de Operações Internacionais, (DEPIN), cuja estrutura organizacional deverá atuar em três áreas homogêneas, assim delineadas:

- área de Supervisão e Controle;
- área de Operações cambiais e captação de recursos externos;
- área de assistência técnica.

É lícito esperar que o ingresso do BNB no mercado cambial, e forçosamente seu maior relacionamento internacional, propiciará maiores condições para sua consolidação como Banco de Desenvolvimento da Região, tendo em vista a criação de condições diretas e indiretas relativas aos programas de promoção do Comércio Exterior do Nordeste.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, poder-se-iam analisar alguns tópicos da conferência proferida pelo Ministro da Fazenda, Sr. Mário Henrique Simonsen, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, quando discorreu sobre o tema “Aspectos atuais da Economia Brasileira”.

Dentre eles, sabe-se que o grande desafio brasileiro é o de conciliar a manutenção das altas taxas de desenvolvimento econômico real com o relativo equilíbrio do balanço de pagamentos, não obstante a atual conjuntura mundial não tornar fácil qualquer exercício de futurologia tão a gosto dos cientistas sociais.

Apesar das profecias messiânicas sobre “estratégias em crise”, “crescer ou inchar”, “cepalismo revisitado”, “o desbalançamento do balanço do poder”, o “neonacionalismo dos recursos”, “os sucessos do fracasso”, “a sinistrose” e todas as configurações da “igreja do pessimismo ocidental”, na maioria analisadas, substancialmente, pelo atual Embaixador do Brasil na Inglaterra, Roberto de Oliveira Campos, os atuais princípios fundamentais da política econômica brasileira relativa ao Comércio Exterior são:

- prioridades naturais da atual conjuntura voltada para projetos de substituição de importação;
- é preferível um dólar a mais de exportação do que um dólar a menos de importação, embora o efeito sobre o balanço de pagamentos seja o mesmo, tendo em vista que o indicador ótimo da credibilidade internacional é dado pela relação entre dívida líquida/exportações;
- o déficit anual do balanço de pagamentos deverá situar-se no limite máximo de 20% da formação bruta do capital;
- melhor distribuição da renda por meio da valorização do fator trabalho decorrente de taxas incrementais do desenvolvimento econômico-social e de programas de integração social.

Assim sendo, resta ao Brasil queimar o estágio atual da chamada "construção da independência econômica" e alcançar as pré-condições para o estágio de "economia aberta e crescimento de reservas cambiais", no qual o país atingiria "no difícil ofício de profeta" — no dizer sábio de Roberto Campos — os sonhados superávits, quer de conta-corrente, quer de balanço de pagamentos, com enorme acumulação de divisas.

Conclui-se que a tarefa da economia brasileira será dar grandes respostas aos grandes desafios — e aqui emerge a participação dos bancos como geradores de fluxos recíprocos e veículos permanentes e práticos na convergência de idéias, linhas de ação e negócios na promoção do Comércio Exterior.

BIBLIOGRAFIA

1. Banco do Nordeste do Brasil — I Plano Quinquenal do BNB (1975/1979). Subsídios para o II PND. Fortaleza, 1974.
2. —Projeto de Sistema para o BNB Operar no Mercado de câmbio. (Publicação Interna).
3. Boletim do Banco Central do Brasil. 3 (II), março, 1974.
4. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Departamento das Relações Exteriores. — O Produto de Exportações: Políticas e Problemas.
5. Brasil. Presidência da República — II Plano Nacional de Desenvolvimento... (1975-1979).
6. Chalmers, R.B. — Marketing Bancário. Bestseller Importadora de livros, 1972.
7. Chile. Instituto Latino-Americano de Planificación Econômico e Social... ILPES — Manual de Planificación Agrícola. T.I.
8. Churchman, C. West — Introdução à teoria dos Sistemas. Rio Vozes, (s.d.).
9. Convenção Nacional do Sistema Financeiro BANORTE, I — Câmbio e Operações Especiais.
10. Cooke, Blaine — Handbook of Modern Marketing. New York, Mc Graw Hill, 1970.
11. Curso de Câmbio e Comércio Exterior, VI. Rio, 1975 — Mercado de Câmbio Brasileiro.
12. — Importação.
13. Drucker, Peter F. — Management — Task — Responsibilities — Practices. Harper & Row, Publishers, 1974.
14. — Prática de Administração de Empresas. Rio, Fundo de Cultura, 1964.
15. Farias, Gonçalo Pereira — Teoria Administrativa. Fortaleza, BNB-DITRE, 1972.
16. Forum. Revista de Comércio Internacional. 4 (X)

17. Holanda, Antonio Nilson — O Desenvolvimento do Nordeste. Fortaleza, BNB, 1974.
18. — Planejamento e Projetos. Rio, APEC, 1975.
19. Indústria e Desenvolvimento. 3 (VIII), março, 1975.
20. Informação Semanal CACEX. 413, set., 1974.
21. Levitt, Theodore — Miopia em Marketing, in Biblioteca Harvard de Administração de Empresa. v. 1.
22. PROMOEXPORT.Bahia — Análise das Exportações Baianas em 1974.
23. PROMOEXPORT.Ceará — As Exportações Cearenses em 1974.
24. — Sugestões para Reorganização do PROMOEXPORT.Ceará.
25. Rigby, Paul H. — Conceptual Foundations of Basic Research. (s.n.t.).
26. Rummel, Francis J. — Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação. Rio, Globo, 1974.

SUMÁRIO

Este trabalho constitui-se em excertos da apostilha "Os Bancos e a Promoção do Comércio Exterior", preparada para servir de material suplementar ao Curso de Capacitação em Câmbio e Comércio Exterior, realizado pelo Banco do Nordeste em 1975.

De início, analisam-se os fatores determinantes da demanda do comércio exterior, de uma maneira global, correlacionando-se com a economia dos países em desenvolvimento, estruturalmente similar ao Brasil, fortemente dependente da demanda externa, fatores esses que influem diretamente sobre o setor primário, condicionando-o num verdadeiro subsetor de produção para exportação.

A seguir, faz-se uma abordagem dos fatores de produção (recursos humanos e naturais) e comércio exterior, partindo-se da premissa básica de maior diversificação da demanda global. Através de dados estatísticos procura-se inferir, do modelo de H.W. Singer, o mecanismo do desenvolvimento econômico brasileiro, mediante as variáveis endógenas e exógenas atuantes no bojo do sistema econômico nacional.

O tópico seguinte se reporta, ainda que resumidamente, à experiência brasileira, a partir de 1962, no que tange ao planejamento nacional, pari passu às medidas voltadas para o incremento das exportações brasileiras, consubstanciadas nas linhas de ação do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

No quarto item, faz-se um repasse histórico das relações internacionais da Região, com ênfase nos desequilíbrios da balança comercial. Analisa-se ainda o coeficiente de exportação do Nordeste, em cotejo com o do Brasil, bem como a política de exportação propugnada para a "Região-Problema".

Resume-se no último tópico a contribuição do BNB para elevar o patamar desenvolvimentista da Região, através de suas ações financiadora e supletiva voltadas para a promoção do comércio exterior do Nordeste.

SUMMARY

This work is composed of excerpts from the notes "The Banks and the Foreign Trade Promotion", which were prepared as additional material for the course of qualification exchange and foreign trade, sponsored by the Bank of Northeast in 1975.

At first, the author analyzes the determining factors of the demand from the foreign trade correlating it in a general way with the economies of the developing countries which are similar to the Brazilian economic structure. Our economy is strongly dependent of the external demand, therefore these factors have direct influence over the primary sector, conditioning it in a true subordinate sector of production for exportation.

Next, the work presents an approach of the factors of production (human and natural resources) and foreign trade, starting from the basic premise of major diversification of the global demand. Through statistical date the author tries to infer, from the H.W.Singer's model, the mechanism of the Brazilian economic development by means of the endogenous and exogenous variables which have effect on the national economic system.

The following topic reports, in brief, the Brazilian experience since 1962 regarding the national planning, together with the measures facing the increase of Brazilian exports which consubstantiate the action lines of the II National Plan of Development.

In the fourth item there is a historical review of the internal relations of the Region stressing the instability of the trade balance. Also the author analyzes the coefficient of northeastern exports in comparison with the one of Brazil, as well as the export policy upheld for the "region — problem".

In the last topic, it is summarized the BNB's contribution to increase the progressive pace of the region through its financing and supplementary actions which are directed to the promotion of the foreign trade of the Northeast.